

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 113.768 - SC (2019/0161975-8)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
RECORRENTE : CAMILA MAZZUCCO DE MARCH
RECORRENTE : RUBSON ANTONIO DE PELEGRIN
RECORRENTE : ROSALINO MAZZUCCO
RECORRENTE : LUIZ EDEGAR DE BRIDA
RECORRENTE : DANILA MAZZUCCO DE BRIDA
RECORRENTE : DALILA MAZZUCCO DE PELEGRIN
ADVOGADOS : IVO CARMINATI - SC003905
BRUNO CARMINATI CIMOLIN - SC034125
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por CAMILA MAZZUCCO DE MARCH, RUBSON ANTONIO DE PELEGRIN, ROSALINO MAZZUCCO, LUIZ EDEGAR DE BRIDA, DANILA MAZZUCCO DE BRIDA e DALILA MAZZUCCO DE PELEGRIN contra o acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina no julgamento no HC n.º 4007809-66.2019.8.24.0000.

Consta dos autos que o Ministério Público estadual apresentou denúncia contra os Recorrentes pela suposta prática do ilícito tipificado no art. 7.º, inciso IX, da Lei n.º 8.137/1990, pois, "*na condição de sócios-proprietários do estabelecimento comercial [...], expuseram à venda 14 kg (quatorze quilos) de fígado bovino em más condições organolépticas e com a embalagem violada, fora das normas regulamentares de comercialização, conforme Auto de Intimação n.º 4.905 da Secretaria de Estado de Saúde*" (fl. 18).

Inconformados, os Recorrentes impetraram *habeas corpus* na origem, tendo a ordem sido denegada em acórdão assim ementado (fl. 145):

"HABEAS CORPUS. CRIMES CONTRA AS RELAÇÕES DE CONSUMO. ARTIGO 7.º, INCISO IX, DA LEI 8.137/90. IMPETRAÇÃO VISANDO O TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. ALEGADA AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA POR FALTA DE PROVAS DA MATERIALIDADE. TESE QUE SUSTENTA A IMPRESCINDIBILIDADE DA PERÍCIA. IMPOSSIBILIDADE. CONDUTA ATRIBUÍDA DE EXPOR À VENDA MERCADORIA [14 KG DE FÍGADO BOVINO] COM EMBALAGEM VIOLADA E FORA DAS NORMAS REGULAMENTARES DE COMERCIALIZAÇÃO.

DELITO FORMAL E DE PERIGO ABSTRATO. PROVA PERICIAL PRESCINDÍVEL NA HIPÓTESE. PRECEDENTES DESTE TRIBUNAL. TESE AFASTADA. ALEGADA AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA POR FALTA DE INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA. TESE DE IMPUTAÇÃO COLETIVA. IMPOSSIBILIDADE. ESTREITA VIA DE COGNIÇÃO DA AÇÃO CONSTITUCIONAL QUE NÃO PERMITE A INCURSÃO NO MÉRITO. LIMITES DAS RESPONSABILIDADES QUE DEMANDAM A CONCLUSÃO DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. AUSÊNCIA DE PROVAS INEQUÍVOCA DA INOCÊNCIA. JUSTA CAUSA DEMONSTRADA PELO AUTO DE INFRAÇÃO LAVRADO PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE. TESE AFASTADA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO VERIFICADO. ORDEM DENEGADA."

Nas presentes razões recursais, reiteram as alegações do writ originário, sustentando, em suma, a ausência de justa causa da ação penal movida contra eles, "*ante a inexistência de materialidade do suposto crime, tendo em vista que os alimentos apreendidos não estavam impróprios para o consumo humano*" (fl. 157).

Sustentam que "*não é porque possuem procedência desconhecida, prazo de validade expirado, não terem sido submetidos ao prévio procedimento de inspeção do órgão sanitário competente, ou in casu: por supostamente apresentarem más condições organolépticas e embalagem violada, que referidos alimentos estejam em condições impróprias para o consumo humano, eis que apenas a perícia técnica pode comprovar a referida situação*". "*Como não há laudo pericial comprovando a impropriedade dos alimentos, não há que se falar em materialidade do crime*" (fl. 159).

Requerem, em medida liminar e no mérito, a suspensão da audiência designada para o dia 21/05/2019, assim como o trancamento da ação penal.

É o relatório inicial. Decido o pedido urgente.

De início, verifico que o pedido liminar de suspensão da audiência designada para o dia 21/05/2019 encontra-se prejudicado, na medida em que os presentes autos foram distribuídos a mim no dia 05/06/2019, conforme se apura do Termo de Distribuição e Encaminhamento de fl. 190.

No mais, passo a apreciar o outro pedido.

Em juízo de cognição sumária, observo que estão preenchidos os requisitos para a concessão da liminar pleiteada.

Na hipótese dos autos, o **Tribunal estadual**, ao negar provimento ao

apelo defensivo, ponderou que a tese defensiva que alegava a necessidade de perícia técnica para a aceitação da denúncia pelo Juízo singular não prosperava, pois considerou que (fl. 148; sem grifos no original):

"[...] o tipo penal em questão [art. 7.º, inciso IX, da Lei n.º 8.137/1190: 'vender, ter em depósito para vender ou expor à venda ou, de qualquer forma, entregar matéria-prima ou mercadoria, em condições impróprias ao consumo'] é uma norma penal em branco, ou seja, demanda complementação". Tal lacuna seria suprida pelo disposto "no artigo 18, § 6.º, do Código de Defesa do Consumidor, que estabelece o que são consideradas condições impróprias para o consumo. As hipóteses tratadas nos incisos I, II e III do diploma consumerista, são crimes formais segundo entendimento jurisprudencial deste egrégio Tribunal de Justiça. Entretanto, algumas condutas são consideradas de perigo abstrato e outras de perigo concreto. E é esta diferença que determina a necessidade ou não de perícia.

Dispõe aludido dispositivo que 'São impróprios ao uso e consumo: I - os produtos cujos prazos de validade estejam vencidos; II - os produtos deteriorados, alterados, adulterados, avariados, falsificados, corrompidos, fraudados, nocivos à vida ou à saúde, perigosos ou, ainda, aqueles em desacordo com as normas regulamentares de fabricação, distribuição ou apresentação; III - os produtos que, por qualquer motivo, se revelem inadequados ao fim a que se destinam'.

O entendimento dominante desta Colenda Corte de Justiça é de que nos casos que se enquadram nos incisos II, primeira parte, e III do § 6º do artigo 18 do Código de Defesa do Consumidor é exigida a realização de perícia, pois estaríamos diante de crimes de perigo concreto.

No caso dos autos, foram recolhidos produtos que estavam armazenados em desacordo com as normas regulamentares de apresentação, circunstância que se enquadra exatamente na parte final do inciso II do § 6º do artigo 18 do Código de Defesa do Consumidor.

Nesta aspecto, para os incisos I e II, segunda parte, por se tratarem de crime de perigo abstrato ou presumido, é dispensável a prova material a fim de demonstrar que os produtos apreendidos estavam impróprios para o consumo, basta que o agente tenha em seu estabelecimento ou venda produtos nessas condições para que sejam considerados impróprios ao uso e consumo.

Este entendimento, aliás, foi adotado de forma amplamente majoritária pelo Segundo Grupo Criminal deste Tribunal, vejamos:

[...]

Desta forma, malgrado os argumentos dos impetrantes, impossível falar em ausência de justa causa por falta de provas da materialidade.

[...]

Portanto, não sendo observado qualquer constrangimento ilegal

sendo suportado pelos pacientes, toma-se impossível o trancamento da ação penal como pretendido.

Ante o exposto, voto no sentido de denegar a ordem.

Este é o voto."

Verifico, assim, que tal posicionamento parece destoar da jurisprudência desta Corte:

"PROCESSUAL PENAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EM HABEAS CORPUS. CRIME CONTRA AS RELAÇÕES DE CONSUMO. ARTIGO 7º, IX, DA LEI 8.137/90. MATERIALIDADE. PERÍCIA. IMPRESCINDIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS. ANÁLISE DE MATÉRIAS NÃO ARGUÍDAS EM CONTRARRAZÕES. INOVAÇÃO RECURSAL. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS ACOLHIDOS PARA FINS DE ESCLARECIMENTOS, SEM EFEITOS INFRINGENTES.

1. O crime do art. 7º, IX, da Lei nº 8.137/90 exige para a caracterização da materialidade seja realizada perícia técnica nos alimentos tidos como impróprios para o consumo, o que não foi efetivado na espécie, acarretando, por consequência, o trancamento da ação penal por ausência de justa causa.

[...]

3. Embargos de declaração acolhidos apenas para fins de esclarecimento, no sentido de que o trancamento da Ação Penal n. 0000574-87.2016.8.24.0076 restringe-se ao delito do art. 7º, IX, da Lei n. 8.137/90, imputado ao embargado, sem efeitos infringentes." (EDcl no RHC 81.251/SC, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe 03/04/2018; sem grifos no original.)

"RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. CRIME CONTRA AS RELAÇÕES DE CONSUMO. DEPÓSITO PARA VENDA DE MERCADORIAS SEM ORIGEM LEGAL. INEXISTÊNCIA DE LAUDO PERICIAL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA MATERIALIDADE DELITIVA. PROVIMENTO DO RECLAMO.

1. Da leitura do artigo 7º, inciso IX, da Lei 8.137/1990, verifica-se que se trata de delito contra as relações de consumo não transeunte, que deixa vestígios materiais, sendo indispensável, portanto, a realização de perícia para a sua comprovação, nos termos do artigo 158 do Código de Processo Penal. Doutrina. Precedentes do STJ e do STF.

2. Na espécie, o inquérito policial foi instruído apenas com o laudo de exame em local de constatação de fato, com o termo de vistoria e o auto de infração, documentos que, como visto não são suficientes para a comprovação da materialidade do delito imputado aos recorrentes, impondo-se, assim, o trancamento da persecução criminal contra eles deflagrada.

3. Recurso provido para determinar o trancamento da Ação Penal n. 0001035-35.2017.8.19.0053. (RHC 98.395/RJ, Rel. Ministro

JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 28/06/2018)

"RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. CRIME CONTRA AS RELAÇÕES DE CONSUMO. ART. 7º, IX, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI N. 8.137/1990. LAUDO PERICIAL. IMPRESCINDIBILIDADE. IMPROPRIEDADE DO ALIMENTO PARA CONSUMO HUMANO. COMPROVAÇÃO. MATERIALIDADE DELITIVA. JUSTA CAUSA PARA AÇÃO PENAL. AUSÊNCIA. TRANCAMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL. CONSTRANGIMENTO ILEGAL CONFIGURADO. RESPONSABILIZAÇÃO ADSTRITA AO ÂMBITO ADMINISTRATIVO. RECURSO ORDINÁRIO PROVIDO.

1. Esta Corte pacificou o entendimento de que o trancamento de ação penal pela via eleita é medida excepcional, cabível apenas quando demonstrada, de plano, a atipicidade da conduta, a extinção da punibilidade ou a manifesta ausência de provas da existência do crime e de indícios de autoria.

2. Conquanto parte da doutrina e da jurisprudência entendam que o delito previsto no art. 7º, IX, da Lei n. 8.137/1990, crime formal, de perigo abstrato, seja norma penal em branco, cujo elemento normativo do tipo "impróprio para consumo" deve ser complementado pelo disposto no art. 18, § 6º, do Código de Defesa do Consumidor, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça entende que há necessidade de realização de exame pericial nos produtos pretensamente impróprios, a fim de que seja comprovada a sua real nocividade para consumo humano, sob pena de inaceitável responsabilidade penal objetiva.

3. Inexistente prova pericial, produzida diretamente sobre os produtos alimentícios apreendidos, falta justa causa para a persecução penal, sendo insuficiente concluir pela impropriedade para o consumo exclusivamente em virtude da ausência de informações obrigatórias na rotulagem do produto e/ou em decorrência do prazo de sua validade estar vencido.

4. Ausente a prova da materialidade do crime, a eventual responsabilização e punição pelo descumprimento de normas relativas à conservação e exposição, para venda, dos gêneros alimentícios apreendidos no estabelecimento comercial, reserva-se apenas ao âmbito do Direitos Administrativo e Civil.

5. Recurso ordinário provido para determinar o trancamento da persecução penal, por ausência de justa causa. (RHC 69.692/SC, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, DJe 13/06/2017; sem grifos no original.)

Ante o exposto, DEFIRO parcialmente o pedido liminar para, até o julgamento definitivo do writ, suspender o trâmite da Ação Penal n.º 0000727-85.2014.8.24.0078.

Oficie-se, com urgência, ao Tribunal de origem e ao Juiz de primeiro grau,

encaminhado-lhes cópia desta decisão para as providências cabíveis.

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 10 de junho de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ

Relatora

